

## A PERMANÊNCIA DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: AUSÊNCIAS DAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS GRADES CURRICULARES DAS FACULDADES DE LETRAS BRASILEIRAS

Valéria Maria Borges Teixeira\*<sup>1</sup>

**Resumo:** *Este texto pretende discutir como a marginalização das literaturas africanas de língua portuguesa, nas grades curriculares das faculdades de Letras brasileiras, contribui para perpetuar a violência simbólica, que se traduz no espaço lacunar quando se refere às africanidades no geral. Através de questões como crítica literária, políticas de ensino, desmembramento entre educação e cultura e lei 10.639 se debate a necessidade da descolonização curricular brasileira pelo viés da efetiva inserção dessas literaturas em sala de aula. Articular educação e cultura, em sentido pleno no Brasil, é dar direito aos alunos e cidadãos de conhecerem espaços físicos e simbólicos multiculturais e, também, possibilidades de eles se reconhecerem em histórias e Histórias.*

**Palavras-chave:** Literaturas africanas de língua portuguesa; Currículos; Violência simbólica.

Os currículos das faculdades de Letras, no Brasil, em princípio, marginalizaram grande parte da produção literária dos países africanos de língua portuguesa. Jogadas à margem do cânone ocidental e discriminadas pela crítica e por alguns docentes, as literaturas africanas de língua portuguesa foram reduzidas e classificadas como “menores”, conformação assentada fundamentalmente na idéia de que tais escritas eram simplesmente panfletos. Negando tudo isso, a maioria dessas produções estéticas vem revelando vigor desde as primeiras publicações.

A discussão sobre categorias como valor literário, inserção ou não no cânone ocidental de determinadas obras e mercado editorial, fatores que juntos obstaculizam a recepção dessas literaturas no Brasil, não é tão simplista. Evidentemente, esses três itens estão ligados, mas o cânone literário como instância legitimadora de determinadas obras, tal como foi construído pela teoria crítica ocidental e que é ainda o que impera no Brasil, impôs critérios de valor estético-literários e a universalização dos mesmos, como se eles fossem imutáveis ao longo do tempo. Isso gerou também um horizonte de expectativas por parte da crítica e do público, principalmente o de formação européia, acostumado a outros modelos literários. Talvez esse tenha sido o principal motivo para que as literaturas africanas de língua portuguesa, cujas tematizações abordam muitas vezes o contexto histórico-social, tenham causado um certo estranhamento e um julgamento muitas vezes indevido por parte do público formador de opinião, de alguns docentes e de modo geral do pensamento crítico brasileiro, nomeando-as, muitas vezes, de panfletárias. Portanto, nessa perspectiva, a periferidade das literaturas africanas, aqui tratadas, se confirmava pelo contraste causado por outras representações estéticas que lhe eram próprios e que não se assemelhavam aos modelos ditados pelo cânone literário ocidental.

A necessidade de afirmação identitária dos cinco países africanos de língua portuguesa se revelou de maneira contundente nas produções literárias dessas nações, principalmente Angola, Moçambique e Cabo Verde, servindo de motor que impulsionou também os movimentos de libertação contra a colonização portuguesa. Diante desse quadro de lutas libertárias, principalmente nos anos sessenta e setenta do século XX, a tematização do histórico-cultural se tornou quase que uma necessidade expressa pelos escritores desses territórios em busca de independência. A afirmação da cultura nacional de Angola, antes e depois da libertação política

---

\*Profª. do departamento de Comunicação da UCSAL; Mestra em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo-USP / Diretora do Instituto Kuanza / [valeriaemborges@yahoo.com.br](mailto:valeriaemborges@yahoo.com.br) – Autora)

de Portugal, ocupou um lugar central na ficção dos escritores desse lugar, como parte do projeto de assegurar o estado-nação. A transposição do real para a ficção, mediada pela elaboração estética era, portanto, possibilidade de interferência no sistema político, tanto para refleti-lo como para transformá-lo. Mas, pondera Inocência da Mata, que a “vinculação estreita entre arte e real, ainda que transfigurado, que é inescapável em sociedades em que a precariedade é uma constante, é considerada pelas instâncias de recepção legitimadoras como algo primitiva, incipiente e reveladora de pouca elaboração literária nos actuais estudos literários” (MATA, 1995, p. 32).

Pensando ainda no contexto mundial contemporâneo, globalizado, numa época

em que a literatura como meio não ocupa mais o lugar central na formação de identidades e culturas nacionais ou transnacionais, deve-se perguntar se é possível haver algo como uma literatura mundial, e, se caso sim, como conceituá-la e fazer justiça a suas variantes locais, suas traduções e sua tradutibilidade, seus múltiplos meios de transmissão, suas complexas misturas geográficas e temporais? (HUYSSSEN, 2002, p. 16).

Tal raciocínio talvez sirva para pensar numa outra interrogação, pois qual seria o lugar que ocupa a produção ficcional dos países africanos de língua portuguesa nos estudos literários? Por extensão, deve-se ter o cuidado quando se fala em “processos de globalização nas culturas do mundo, para não se permitir que a noção de cultura global se torne algo como verniz ideológico cultural da teoria neoliberal de globalização” (HUYSSSEN, 2002, p. 16).

A insistência em se abordar o papel fundamental que a diversidade tem hoje em dia se confirma também quando se trata na questão da construção do cânone literário. Na verdade, conforme atesta Leyla Perrone-Moisés, “a defesa essencialista do ‘cânone ocidental’ é tão inaceitável (e inútil) quanto a defesa de qualquer modelo cultural. O cânone, como um dos quadros de valores de uma cultura determinada, é relativo a essa cultura, está fadado à transformação e sujeito ao desaparecimento, como todas as manifestações humanas” (PERRONE-MOISÉS, 1998, 201).

No caso específico das literaturas focalizadas, que são relativamente jovens e encontram-se no estado de emergência, mesmo tendo tido as influências da cultura ocidental, preponderantemente da portuguesa, elas, evidentemente, se alimentam sobretudo das culturas africanas, que têm uma outra língua, muitas vezes outra concepção de tempo e mesmo de tradição. Portanto, elas devem figurar em um “cânone paralelo” ao ocidental e nunca nele, pois, ainda, como ainda lembra Perrone-Moisés, o cânone ocidental pertence à cultura ocidental, e assim, o “mais coerente, por parte dos defensores das categorias até agora excluídas dele, seria a proposta de abolição do mesmo, e não, como tem acontecido, o desejo de refazê-lo a seu gosto ou de nele figurar. Os particularistas deveriam falar em currículos ou repertórios, jamais em cânones” (PERRONE-MOISÉS, 1998, 198).

A discussão, portanto, sobre categorias como valor literário, inserção ou não no cânone ocidental de determinadas produções estéticas continua sendo objeto de polêmica no meio da crítica literária ou acadêmico. Quando se fala em literaturas africanas e, mais especificamente, nas produções africanas de língua portuguesa, possivelmente configuradas nos padrões das “altas literaturas”, é algo ainda menosprezado por tais instâncias legitimadoras. Esse debate aparentemente óbvio demais para alguns ou superado para outros, não parece ainda ultrapassado. Prova disso, é ver como são estudadas as literaturas africanas de língua portuguesa nas faculdades de Letras brasileiras, quase sempre ministradas com o esforço individual de alguns docentes, que lutam para que as mesmas saiam da periferia das “disciplinas optativas” para as de centro, ou melhor, “obrigatórias” (ainda que se considere a liberdade de escolha do aluno). A respeito disso, a Profa. Carmen Lucia Tindó Secco, responsável pelo departamento de estudos africanos da UFRJ, testemunha sobre os obstáculos enfrentados por ela na referida universidade para se incluir as literaturas africanas de língua portuguesa na grade curricular obrigatória:

meus colegas de docência e eu levamos anos reivindicando uma posição da reitoria. Sempre esbarrávamos na desculpa: por que africanos e não latinos, europeus e americanos? Acho que a justificativa é lógica e óbvia quando se pleiteia o estudo de uma cultura que se desenvolveu a partir do português para um curso de língua portuguesa (FONSECA, R., 2000).

Mesmo com todas as barreiras impostas pela crítica literária, pela academia e o mercado editorial, fatores que juntos se constituem num bloco que obstaculiza a recepção das obras dos autores africanos de língua portuguesa pelo público brasileiro, houve iniciativas como a da Editora Ática no início dos anos 80, do século XX, que introduziu no Brasil escritores africanos. Jiro Takahashi, que coordenou a antiga coleção africana dessa editora, comenta que no final dos anos 70,

com os processos de independência dos países africanos em destaque, era uma opção irresistível para os editores a aposta em competentes escritores africanos de língua portuguesa como produto. Até porque o público-alvo, o universitário, era receptivo ao extremo para novidades imbuídas de caráter político. Apesar de nunca terem sido *best-sellers*, os nomes lançados na época garantiram seu espaço nas editoras daqui (FONSECA, R., 2000).

Essas produções literárias eram de autores preponderantemente engajados. Isso talvez tenha servido como pretexto para que os menos esclarecidos as rotulassem de “panfletárias”, como se toda literatura de cunho social fosse desprovida de um valor literário apurado. No caso da literatura angolana, ela foi fundamental no processo do movimento nacionalista, que preparou a independência de Angola de Portugal. Entretanto, dizer que as literaturas africanas de língua portuguesa se limitaram à causa libertária seria reducionismo, pois se está generalizando e não se levando em conta as variadas manifestações literárias. Segundo a poeta angolana Ana Paulo Tavares, o estudo internacional das literaturas africanas é o resultado de um processo de afirmação das diferenças culturais em cada país: “depois de clamar por nosso direito à autonomia política, agora buscamos acentuar nossas diferenças. Nossa literatura não é homogênea. Cada país do continente tem seus problemas e quer tratá-los à sua maneira. Assim como todo autor tem suas próprias inquietações. A crença de que vivemos uma africanidade é contrariada em nossa prática na afirmação das nacionalidades” (FONSECA, 2000).

Repetir que as literaturas africanas são quase sempre negligenciadas pela crítica, é fazer lembrar quanto os professores de literatura podem mudar esse processo nas salas de aula, sobretudo se considerado que o descaso dos estudos especializados por essas manifestações culturais reflete, num primeiro plano, a marginalização das literaturas ditas periféricas e, em outro, mais genérico, o desprezo por assuntos relativos ao continente africano no âmbito das ciências humanas e sociais. Os equívocos constitutivos do conhecimento sobre cultura africana se sedimentam sempre em justificativas de que o continente africano não tinha passado. Toda essa idéia advém da oposição natureza e cultura pois, para o ideal eurocêntrico, o homem africano, com exceção daquele do noroeste do continente, era incapaz de produzir cultura, sendo um eterno “selvagem”. Para Hegel, “o que se entende por África é algo isolado e sem história, que ainda está envolto no espírito natural” (HEGEL, 1999, p. 88). As afirmativas, segundo as quais a África estava à margem da História da civilização ocidental, contribuíram para perpetuar o etnocentrismo, e não seria exagero observar que até há pouco tempo não havia numa universidade representativa como a USP, no curso de História, uma disciplina sobre História da África.

Por outro lado, há o interesse crescente pelas literaturas africanas por parte dos estudantes de Letras, ainda que pequeno em face à importância dessas produções, o que retrata um quadro promissor dado o empenho de alguns docentes que pretendem retirá-las do limbo, seja com

produções ensaísticas, teóricas e com organização de alguns congressos, que abordam como prioridade tal assunto.

Talvez fosse importante registrar o movimento de professores e alunos, pois isso faz parte da história da difusão das literaturas africanas no Brasil. Antes mesmo dos estudos culturais abrirem portas para os estudos de literaturas africanas de língua portuguesa, de modo mais incisivo, havia em algumas universidades brasileiras o estudo delas vinculadas como um apêndice da literatura portuguesa (e que ainda hoje em dia continua assim, salvo engano). Por outros eixos, não institucionalizados, também se norteava o interesse de docentes e alunos, seguindo as análises dessas literaturas, às vezes de forma até "missionária" (dada ausência bibliográfica, quase completa de obras, tanto teóricas e ficcionais sobre o continente africano e dos países que o compõe), movidos pelo desejo de participação e guiados pela vertente marxista procuravam uma aproximação com as causas libertárias, como o entendimento das guerras de independência, das jovens nações africanas, realizando um desejo utópico de engajamento ainda que no plano simbólico. De outra faceta, também surgiam estudos sobre as literaturas africanas, como dos núcleos oriundos dos movimentos afro-brasileiros que, no afã de ampliarem a visão de mundo sobre o africano e a afirmação identitária de seus descendentes, recorriam às produções artísticas de escritores do continente negro.

Outra direção por onde também se expandiu a difusão das literaturas africanas, de modo geral, foi através do caminho aberto pelos Estudos Pós-colônias; no Brasil isso se deu nos anos 90 do século XX. Muitas vezes a terminologia de tal teoria causa estranhamento a certos estudiosos e críticos literários que discordam dela. Entretanto, a sua aceitação maior vem de setores que a entendem de modo mais amplo e não a vêem como o significado do término do processo de colonização. Como se sabe, a colonização não acaba com a desocupação territorial. Ela deixa marcas de seu domínio em vários aspectos como o político, econômico, cultural e em diversas outras facetas, que perpetuam visões de mundo estereotipadas a respeito do povo colonizado. Daí, portanto, a produção de uma temática da cultura de resistência, que como lembra Edward Said

“a lenta recuperação, muitas vezes amargamente disputada, do território geográfico, a qual se encontra no cerne da descolonização, foi precedida – como no caso do imperialismo do mapeamento cultural. Depois do período de ‘resistência primária’, literalmente lutando contra a intromissão externa, vem o período de resistência secundária, isto é, ideológica, (...)” (SAID, 1995, 266).

A teoria pós-colonial produzida por intelectuais, preponderantemente de universidades britânicas e norte-americanas, advindos de países periféricos como vertente de pensamento, procurava inquirir os alicerces da academia ocidental. Ela tem sido relevante, “tanto no plano ficcional quanto no da teoria, esta última empenhada cada vez mais em desvelar o aparato ideológico que subjaz às construções literárias, denunciando mitos que por muito tempo encobriaram tais estudos, como o caráter apolítico da obra de arte ou da possibilidade de construção de uma poética universal, extensível a todas as épocas e culturas” (Coutinho, 2000, p. 1).

Os Estudos Pós-Coloniais, embora iniciados aproximadamente em 1970, principalmente na Inglaterra, somente foram difundidos no Brasil, de forma mais sistemática, no final dos anos oitenta e início dos noventa do século passado, sobretudo pelos departamentos de língua e literatura inglesa, chegando a serem propagados por outras linhas de pesquisa em meados dos anos noventa, quando artigos e obras de autores ícones de tal teoria como Bhabha, Said, Spivak foram parcialmente traduzidos.

Entretanto, muito embora no Brasil os Estudos Pós-Coloniais tenham aberto de forma mais assertiva o campo para as análises das literaturas africanas, em geral, dando um possível respaldo teórico a elas, quando se trata da abordagem das literaturas africanas de língua portuguesa pode-se inferir, de certo modo, que elas, via ficção, deram respostas antecipadas ao

plano teórico literário ocidental, até mesmo antes dos Estudos Culturais. Quebrando tal hegemonia teórica, essas literaturas de língua portuguesa traziam em seu interior indagações tanto no plano estrutural quanto no temático, na medida em que subvertiam normas, registros, língua e mais do que tudo, imprimiam uma visão de mundo em que mostravam muitas vezes a história social dos povos africanos, quase sempre negada pelo eurocentrismo reinante na epistemologia ocidental.

Outros fundamentos que vão contra os Estudos Pós-coloniais, numa era em que se anseia pelo multicultural a todo custo, é o perigo de se cair no aspecto estereotipado e exótico (como se fez como a dita "world music") de se considerar determinadas culturas, as incluindo num caldeirão cultural que, ao invés de diferenciá-las, muitas vezes as homogeneiza. Decorre disso, a necessidade de se estudar as variadas literaturas africanas, de diversas culturas e línguas, logicamente, de modo diferenciado. Para isso, os Estudos Pós-coloniais não devem incorrer no risco de se tornarem um molde pronto para servirem de forma para a análise de qualquer cultura ou produção estética, se caindo numa antiga armadilha, ou seja, na imposição de conceitos universais, ou de maneira mais ampla, estendendo para além do campo da epistemologia, naquilo que Gayatri Spivak chama de "mundo pós-colonial neocolonizado".

Quando se trata de se estudar a literatura angolana, por exemplo, deve-se ter o cuidado de se levar em conta suas particularidades, pois a produção literária de Angola não é somente a escrita em língua portuguesa. Ela abarca a literatura escrita nas línguas nacionais e os textos orais. Desse modo, como ressalta Luis Kandjimbo, "o cânone literário é uma emanção da visão reducionista que condiciona o conceito de literatura angolana à difusão da cultura e língua portuguesa. A literatura oral angolana e o acervo de textos escritos em línguas nacionais não ocupam qualquer lugar, ou no mínimo, ocupam um lugar marginal" (KANDJIMBO, 2006, p. 5). Inocência Mata diz ainda que "a estória, como a legitimaram os griots do universo angolano (Luandino Vieira, Arnaldo Santos, António Cardoso, Boaventura Cardoso, Jofre Rocha, entre outros), é um gênero angolano" (Mata, 1995, p. 34), o que termina por salientar o aspecto periférico das literaturas angolanas, pois aí se inclui um campo literário que não é legitimado pelos padrões da episteme ocidental. Seguindo o raciocínio do crítico literário angolano, Kandjimbo, "há de se rever os critérios que presidem ao processo de formação do cânone, procurando-se uma descolonização cultural e evitando-se que se consagre um cânone literário totalitário, como muito se impôs a cultura do ocidente (KANDJIMBO, 2006, p. 4; 8).

No Brasil, as literaturas africanas de língua portuguesa têm a oportunidade de serem difundidas, agora, com a "mudança da política educacional", na medida em que se transforma a grade curricular com a implementação da Lei 10.639. Conquista do Movimento Negro brasileiro no que se refere à educação, essa lei, de 10 de janeiro de 2003, introduz o tema "Culturas Africana e Afro-brasileira" no currículo oficial das redes de ensino fundamental e médio.

Assim, pode-se tentar preencher um vazio, anulando-se a violência simbólica retratada no espaço lacunar dos currículos das faculdades de Letras no Brasil, na medida em que os mesmos, em sua maioria, não focalizam as diversas culturas africanas e afro-brasileiras.

A descolonização curricular do ensino brasileiro se dará na medida em que se articular, novamente, a educação e cultura, refazendo o elo quebrado por políticas educacionais baseadas em processos ditatoriais e visões ideológicas monoculturais, baseados somente em repassar conteúdos de "ordem prático e técnico" e com ponto de vista focalizado nos "centros" de poder político e econômico, tomados como "grandes difusores culturais". Essa ordem poderá ser transformada dando direito aos alunos e cidadãos de conhecerem espaços físicos e simbólicos configurados no multicultural e, também, possibilidades de eles se reconhecerem em histórias e Histórias, como as produzidas pelo mundo africano.

**REFERÊNCIAS**

- COUTINHO, Eduardo F. Reconfigurando identidades: o comparatismo na era dos estudos pós-coloniais. In: TERRAS E GENTES, 7, 2000, Salvador. *Anais do VII Congresso Internacional de Literatura Comparada*. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 01-15
- FONSECA, R. Novas leituras da África. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 dez. 2000.
- FONSECA, R. O mito ultrapassado da prosa política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 dez. 2000.
- HEGEL. *Filosofia da História*. Trad. Maria R. e Hans H. 2.ed. Brasília: Editora da UNB, 1999.
- HUYSSSEN, Andréas. “Literatura e cultura no contexto global”. In: MARQUES, R.; VILELA, L. Helena (org). *Valores: arte, mercado, política*. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Abralic, 2002. p. 15 - 35.
- KANDJIMBO, Luis. *A literatura angolana, a formação de um cânone literário mínimo de língua portuguesa e as estratégias de sua difusão e ensino*. Disponível em [http://www.nexus.ao/kandjimbo/canones\\_literario.htm](http://www.nexus.ao/kandjimbo/canones_literario.htm), Acesso em: 31 jul. 2006.
- MATA, Inocência. A periferia da periferia. *Discursos. Estudos de língua e cultura portuguesa*, Coimbra, n. 9, p. 27-36, fev. 1995.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.